



Ano I Nº 286
25 de Junho de 2008
Índice

Repúdio à discriminação aos emigrantes pela UE	01
Comitê Mundial dos Trabalhadores na Ford	02
Continua a luta na GM canadense	02
América Latina bipolar: os movimentos se movem	03

INTERNACIONAL

Central Única dos Trabalhadores

Repúdio à discriminação aos emigrantes pela UE

Nota de repúdio da CUT à discriminação aos emigrantes latino-americanos pela União Européia
A Central Única dos Trabalhadores – CUT do Brasil rechaça a chamada “Diretiva de Retorno” aprovada pelo Parlamento Europeu, no ultimo dia 18 de junho de 2008 e que entrará em vigência em 2010.



A Diretiva de Retorno determina regras comuns para lidar com imigrantes considerados ilegais nos países da União Européia. Com a nova norma, esses poderão ser detidos, sem julgamento, em centros especiais de detenção, por até um ano e meio, quando serão deportados. Se as autoridades considerarem que há risco de fuga, os imigrantes poderão ser presos mesmo sem autorização judicial e os não documentados, inclusive menores de idade, poderão ser expulsos e impedidos de regressar a União Européia por até 5 anos.

Nossa indignação se pauta por dois aspectos principais. Além de ser um ato discriminatório e uma grave ofensa aos Direitos Humanos Universais, que a União Européia sempre afirma como uma de suas prioridades, a medida é um escárnio ao nosso continente, onde tantas empresas européias lucram escandalosamente, indo na contramão das permanentes declarações do bloco europeu sobre o desejo de negociar acordos comerciais e de integração com nossos países.

Nós estamos fazendo chegar à Comissão Européia nossa revolta com a medida e pedindo ao Parlamento Europeu que a mesma seja anulada e uma nova política de migração seja debatida de forma ampla e transparente, ouvindo as opiniões dos cidadãos e cidadãs de nossos países.

Apoiamos a posição já expressada pelo governo brasileiro, lamentando a decisão, mas consideramos que o protesto de nosso país deve ser muito mais enérgico. O governo brasileiro não pode manter o título de país preferencial da União Européia enquanto perdurar essa discriminação. O Brasil deve propor na reunião de Presidentes do Mercosul, dia 01 de julho em Tucuman, na Argentina, que o Mercosul atue conjuntamente contra a medida e não aceite retomar as negociações da Associação Inter-regional com o bloco europeu, enquanto a diretiva migratória não for suspensa e revista.

Pedimos aos deputados e senadores brasileiros que integram o Parlamento do Mercosul, que proponham que esse órgão tente converse com os colegas europeus a rever a Diretiva e que o Parlasul não mantenha nenhum convenio de cooperação com Europa enquanto essa medida perdurar.

Conclamamos a todo o movimento sindical brasileiro, do Mercosul e de toda a América Latina, a unificar posições e apoiar as mobilizações que milhares de migrantes latino-americanos estão programando na Europa.

>>>>>>>>>>

Pedimos aos deputados e senadores brasileiros que integram o Parlamento do Mercosul, que proponham que esse órgão tente converse com os colegas europeus a rever a Diretiva e que o Parlasul não mantenha nenhum convenio de cooperação com Europa enquanto essa medida perdurar.

Conclamamos a todo o movimento sindical brasileiro, do Mercosul e de toda a América Latina, a unificar posições e apoiar as mobilizações que milhares de migrantes latino-americanos estão programando na Europa.

Por fim, nos dirigimos aos companheiros e companheiras sindicalistas dos países da União Européia, especialmente às centrais sindicais e à Confederação Européia de Sindicatos, que já expressaram seu repúdio à medida. Nos solidarizamos com a ofensiva contra os direitos trabalhistas tão duramente conquistados nesse continente, como por exemplo o retrocesso na matéria de jornada de trabalho e esperamos poder contar com uma forte mobilização do sindicalismo europeu contra a instalação de uma política discriminatória que provocará a deportação e prisão de milhares de migrantes latino-americanos e de outros continentes, rompendo uma história de laços e solidariedade que há tanto tempo nos une. Nossa luta é contra a exploração, a injustiça e a discriminação e não pode conviver com uma política desse tipo.

Esperamos que a União Européia reveja imediatamente essa política discriminatória e xenófoba contra os trabalhadores e trabalhadoras que vão a esse continente trabalhar e viver.

Artur Henrique da Silva Santos
Presidente

João Antonio Felício
Secretário de Relações Internacionais

Comitê Mundial dos Trabalhadores na Ford

Encontro discute criação de comitê mundial dos trabalhadores na Ford



Representantes nas várias plantas da Ford pelo mundo voltaram a se reunir em São Paulo para discutir organização dos metalúrgicos em esfera global

A encontro realizado na última semana, teve por objetivo a troca de informações sobre as fábricas da montadora ao redor do mundo, para que as representações possam ter uma ação sindical mais efetiva.

"É muito comum a direção mundial da empresa tentar jogar trabalhador de um país contra o outro, por isso pretendemos organizar um Comitê Mundial a exemplo do que temos na Volkswagen e na Mercedes-Benz", disse João Cayres, Coordenador do Sistema Único de Representação da fábrica de São Bernardo e responsável pela coordenação da Rede de Trabalhadores Ford no Brasil.

O irmão de João, Paulo Cayres, que também é trabalhador na Ford e responde pela secretaria de Formação da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT) afirmou que o encontro "foi um grande passo" rumo a constituição efetiva do comitê.

A reunião contou com representantes de companheiros de 13 unidades da multinacional e aconteceu durante o Encontro dos Trabalhadores no Setor Automotivo da Federação Internacional dos Metalúrgicos (FITIM). (*Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Valter Bittencourt - Imprensa CNM/CUT*)

Continua a luta na GM canadense

Os trabalhadores da General Motors canadense continuam travando sua batalha contra o fechamento da planta de Oshawa.

Os trabalhadores, representados por Chris Buckley, presidente do Local 222 do CAW, o sindicato dos trabalhadores automotivos do Canadá enviou carta de agradecimento ao companheiro Wolfgang Schaefer-Klug, da Opeal alemã e coordenador da solidariedade internacional aos operários canadenses da GM.

Prezado Companheiro Schaefer-Klug,

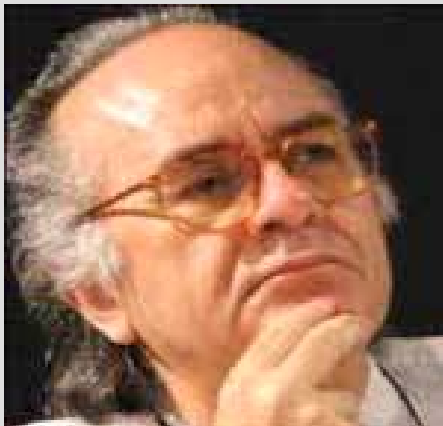
Qualquer agradecimento que eu faça é insuficiente diante do seu trabalho em nosso benefício. As mensagens vindas do mundo inteiro são extraordinárias e contribuíram para elevar o espírito dos nossos associados nesta hora difícil. Nós estamos tentando permanecer fortes na busca de uma solução que seja a melhor para nossos interesses.

Em solidariedade, em nome de nossos 22 mil associados

Chris Buckley, CAW Oshawa

América Latina bipolar: os movimentos se movem

Está em curso na América Latina uma contra-ofensiva articulada pelos Estados Unidos, misturando estratégias da Aliança para o Progresso com uma política de criminalização dos movimentos sociais. Esse processo de criminalização é ainda mais forte contra as comunidades indígenas, como vemos no Peru, no Chile e na Bolívia. A análise é do sociólogo Boaventura de Sousa Santos.



Boaventura de Sousa Santos

A América Latina é peça-chave nas estratégias das empresas transnacionais e dos governos do Norte global. A expansão do mercado transformou a água, os serviços de saúde e a educação em mercadoria. A mercantilização dos recursos naturais é fundamental para a acumulação de capital a médio prazo, colocando a biodiversidade enorme da América Latina no centro dos interesses.

O processo de “refocalizar” a América Latina acelerou-se devido ao fracasso da guerra do Iraque. Os Estados Unidos perceberam que, durante sua relativa ausência, gestaram-se mudanças e os processos sociais avançaram fora de seu controle, resultando em governos progressistas e movimentos sociais fortes que chegaram ao poder através da democracia, sendo que os Estados Unidos usam o discurso da democracia para justificar suas intervenções.

Neste cenário, está se desenvolvendo uma nova contra-insurgência, mistura das estratégias da Aliança para o Progresso e uma política de divisão dos movimentos, especificamente o indígena. O protesto é criminalizado de maneira brutal e a militarização torna-se mais profunda. Incapaz de conquistar apoio popular, o neoliberalismo tenta substituir “desenvolvimento” e “democracia” por “controle” e “segurança”.

Isto é consequência do aprofundamento da exclusão social, da miséria e da desigualdade, o que implica na emergência de um fenômeno de fascismo social. Não um regime político, mas uma forma de sociabilidade onde alguns têm capacidade de veto sobre a vida de outros. Corremos o risco de viver em sociedades politicamente democráticas, mas socialmente fascistas.

O melhor exemplo desta lógica é o doloroso aumento da fome no mundo, que mostra a contradição entre a vida e a ânsia de lucro. A emergência do fascismo social mostra que a modernidade, como projeto, está quebrada, porque não cumpriu suas promessas de liberdade, igualdade e solidariedade, e não irá cumpri-las.

Surge, então, a contradição entre o paradigma da segurança e da luta contra o terrorismo e os Estados que reivindicam sua soberania, os movimentos sociais e, especificamente, as lutas dos povos indígenas. Nos territórios indígenas está 80% da biodiversidade latino-americana. Organizações como a Coordenadora Andina de Organizações Indígenas, a Confederação Nacional de Comunidades Afetadas pela Mineração do Peru e a Coordenadora Nacional de Ayllus e Marqas, são um perigo para o status quo.

A criminalização da dissidência na América Latina é ainda mais forte contra os indígenas, como vemos no Peru e no Chile. Existe a intenção de transformar os indígenas nos terroristas do século XXI, como mostram os documentos da CIA. O uso das leis antiterroristas contra os dirigentes indígenas está baseado em uma descaracterização total do conceito de terrorismo, uma vez que isto significa atacar e causar danos a civis inocentes. No caso das lutas indígenas, são ataques contra a propriedade privada para defender outra propriedade, a comunitária e ancestral.

Isto não cabe em nenhum conceito de terrorismo.

A regionalização subnacional tem sido promovida pelo Banco Mundial em forma de descentralização, que apontou a desmembrar o Estado central através da transferência de responsabilidades para os níveis locais. Na Bolívia, existia uma descentralização dirigida pelas autonomias indígenas, a partir de uma visão política e cultural sólida, que permitiu que os indígenas ganhassem alguma coisa com as políticas de descentralização do BM.

Mas a bandeira da descentralização foi assumida agora pelas oligarquias, em resposta à perda de controle do Estado central que elas sofreram. Eles sempre foram centralistas, mas agora levantam a bandeira da autonomia para defender seus privilégios econômicos. Isto gerou um problema político para o movimento indígena na Bolívia, que tem promovido a autonomia dos oprimidos, não dos opressores. A "autonomia" de Santa Cruz é ilegal sob a velha Constituição; uma nova está para ser aprovada. A decisão das autonomias caberia ao Congresso.

Tenho defendido, na Bolívia, a diferenciação entre autonomias ancestrais e as da descentralização. Proponho entender as autonomias indígenas como extraterritoriais em relação às autonomias departamentais. Deveriam estar baseadas no controle total do seu território, fora da governabilidade descentralizada, uma vez que são anteriores ao processo de descentralização. Mas seria necessário fortalecer a institucionalidade indígena, que ainda é frágil, diante do poder das oligarquias bolivianas.

O debate atual é perigoso, porque existem desejos recíprocos de enfrentamento armado. As oligarquias não querem deixar seus privilégios e os indígenas não vão deixar pacificamente que o país seja dividido. Seriam eles que defenderiam o país.

A Colômbia e o Peru representam o status quo neoliberal e os Estados Unidos na região. São complementares. A Colômbia representa a lógica militar que busca conflitos e tensões, os quais criam condições para a militarização e a intervenção. No Peru, é promovida uma lógica similar, com forte criminalização das organizações sociais, um primeiro passo que prepara a militarização posterior. Existem indícios de que a base de Manta, no Equador, vai se mudar para a Amazônia peruana.

Estamos entrando em uma fase histórica de polarização. De um lado, as políticas de mercantilização buscarão livre acesso aos recursos naturais e a continuidade dos privilégios das elites. Do outro, existe um imaginário radicalizado nas forças progressistas do continente, que desenvolveram concepções diferentes de democracia, desenvolvimento, direitos e sustentabilidade, compartilhadas por cada vez mais pessoas e organizações. As forças dominantes não podem mais cooptar este imaginário radical com suas propostas de proteção social. Por isso a repressão.

O horizonte continua sendo a democracia e o socialismo, mas um socialismo novo; seu novo nome é democracia sem fim. A democracia radical é uma alternativa para duas idéias fundamentais. Não acredito que seja possível mudar o mundo sem tomar o poder, mas também não podemos mudar algo com o poder que existe hoje. Então, devemos mudar as lógicas do poder e, para isso, as lutas democráticas são cruciais e são radicais, por estarem fora das lógicas tradicionais da democracia. Devemos aprofundar a democracia em todas as dimensões da vida. Da cama até o Estado, como dizem as feministas. Mas também com as gerações futuras e com a natureza, o que é urgente para deter a destruição do planeta.

Nosso objetivo é sair de uma democracia tutelada, restrita, de baixa intensidade, para chegar a uma democracia de alta intensidade, que torne o mundo cada vez menos confortável para o neoliberalismo. Mas a realidade não muda espontaneamente. Em política, para fazer algo é preciso ter razão a tempo, no momento oportuno; e ter força para impor essa razão.

De uma entrevista realizada por Raphael Hoetmer em Lima, Peru, durante a Cúpula dos Povos, em maio. (Tradução: Naila Freitas/Verso Tradutores) *(Incluído nesta edição por sugestão do companheiro Claudir Nespolo – presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre – Claudir está licenciado do sindicato porque concorre a uma vaga de vereador na cidade de Porto Alegre)*